

ATA DA REUNIÃO INTEGRADA DOS COMITÊS DE MONITORAMENTO BLOCOS 1, 2, 3 E 4.

Aos onze dias do mês de março de dois mil e vinte e cinco, às 14h, na Rua Av. Rio Branco, n.º 277 – 4º andar, Faculdade Instituto Rio de Janeiro (FIURJ) no Centro do Rio de Janeiro, e por meio da plataforma digital de videoconferência Zoom Meetings, realizou-se a Reunião do Comitê de Monitoramento, instaurado para exercer o controle social através da participação no processo de formulação de políticas, planejamento, regulação, fiscalização e avaliação dos serviços públicos no sistema de abastecimento de água e esgotamento sanitário, conforme disposto no Anexo XII dos Contratos de Concessão.

A pauta da reunião, que foi anteriormente divulgada, era:

Expediente

Leitura da regra da reunião, leitura do expediente, aprovação da(s) ata(s) da(s) reunião(ões) anterior(es) e comunicações de interesse geral do COMITÊ DE MONITORAMENTO.

Ordem do Dia

- 1) Espaço dos usuários;
- 2) Aprovação de Atas anteriores;
- 3) Panfleto Informativo dos Comitês;
- 4) Eleições do comitê de monitoramento;
- 5) Preparação da Assembleia Popular de Prestação de Contas;
- 6) Questões sobre o Coletor de Tempo Seco;
- 7) Avaliação das Vacâncias;
- 8) Assuntos Gerais e Informes.

Participantes/Presencial: Sra. Natasha Handam, da Fundação Oswaldo Cruz – FioCruz; Sr. Rafael Nunes, da Alerj, Sra. Ilca Lopes Bezerra, dos Usuários dos Serviços (Domésticos), Sra. Monica Maria Pena, da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, Sr. Flávio Baptista Silveira, da Agenera, Sra. Renata Ramos Austim, da Agenera, e Sr. Marcelo Bogo.

Participantes/Online: Ricardo da Conceição Barbosa, do Município de Paty do Alferes; Sr. José Stelberto Porto Soares, do Clube de Engenharia; Dra. Gisela Pequeno, do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro/MP-RJ; Dra. Fernanda Nicolau, do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro/MP-RJ; Firmo Ferreira Daflon, Secretário de Meio Ambiente do Município de Macuco; Sr. Morvan Barreto Nobre, da Sociedade dos Engenheiros e Arquitetos do Estado do Rio de Janeiro –

SEAERJ; Sra. Ednilda Bayde Teixeira, do Instituto de Direito Coletivo; Sra. Adriana de Lima Bocaiuva, do Comitê da Região Hidrográfica da Baía de Guanabara e dos Sistema Lagunares de Maricá e Jacarepaguá; Sr. Bernardo Jordano, Assessor do Deputado Estadual Yuri; Sr. Glauco Alex Corrêa - SOS Barra do Piraí; Sr. Marcelo G. Araújo, da Fundação Oswaldo Cruz- FIOCRUZ; Rodrigo Otávio, da Fundação Oswaldo Cruz- FIOCRUZ; Sr. Adilson Trindade, dos Usuários Domésticos; Sra. Helena Ferreira Lima, usuária Bloco 4; Sra. Mickaela Midon da Paixão, da Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental - ABES; Sr. Alberto J Mendes, Usuários Doméstico; Sra. Adeldia Matos Silva, Usuária; Sr. Luiz Edmundo Costa Leite, da Sociedade dos Engenheiros e Arquitetos do Estado do Rio de Janeiro - SEAERJ; Sra. Lucia Cristina Souza Soares, usuária da Águas do Rio, Jacarezinho; Sr. João Xavier, do Sindicato dos Trabalhadores nas Empresas de Saneamento Básico e Meio Ambiental do Rio de Janeiro - SINTSAMA; Sr. Danilo Goretti Villa Verde, da Prefeitura Municipal de Saquarema, e Sr. Frederico Ayres Pinheiro, da Prefeitura Municipal de Nova Iguaçu.

A reunião é presidida pelo Sr. João Ricardo de Mattos Serafim, da Federação das Associações de Moradores do Município do RJ (FAM-RIO), bloco 3, e conta com a participação dos presidentes: Sr. Eduardo Figueira, da Câmara Comunitária da Barra da Tijuca (CCBT), bloco 2; Sr. Licinio Machado Rogério, também da FAM-RIO, Bloco 1; e Sra. Adriana Sotero Martins, da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), bloco 4.

O presidente João Ricardo cede a palavra para o Sr. Glauco Alex Corrêa, comerciante e engenheiro agrícola de Barra do Piraí, militante do PSTU e do movimento SOS Barra do Piraí, que, por sua vez, relata que o município ainda mantém a gestão pública da água, mas há pressões para privatização, como ocorreu em cidades vizinhas (Vassouras, Valença e Volta Redonda), onde houve aumento de tarifas e piora nos serviços. Ele também aborda as recorrentes enchentes em Barra do Piraí, que afetam seu comércio há décadas, e afirma que a situação poderia ser amenizada com o desassoreamento das represas de Santa Cecília e de outro rio local, responsáveis pela transposição de água para o Rio Guandu, que abastece 70% da Região Metropolitana do Rio. Segundo ele, a represa principal está 50% assoreada, reduzindo a capacidade de contenção e agravando o risco de cheias no verão. Sr. Glauco defende que a Light, responsável pela operação, seja cobrada para realizar o desassoreamento. O Sr. João Ricardo expressa preocupação com o assoreamento do reservatório e o risco de agravamento da falta d'água, especialmente diante da seca no Rio de Janeiro mencionada em matéria do Globo. Ressalta a importância da presença e do monitoramento, por parte de movimentos sociais, no comitê que acompanha a privatização das empresas da região, destacando que o grupo não possui recursos financeiros e atua voluntariamente para garantir a qualidade dos serviços de água e

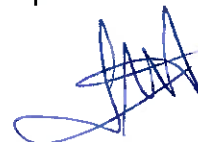
PT

Ativo

Assinatura

2

saneamento. O Sr. Glauco Alex complementa que a Light, prestes a renovar sua concessão, não cumpre a obrigação contratual de liberar diariamente uma vazão específica da represa para limpar a calha do rio, o que tem causado assoreamento visível, especialmente no crescimento das ilhas. O presidente do Bloco 1, Sr. Licínio M. Rogério, dirige-se ao Sr. Glauco para manifestar sua preocupação com o assoreamento, questionando até que ponto ele compromete a represa, se restou apenas a passagem de água ou ainda existe capacidade de armazenamento, e solicitando esclarecimentos sobre o nível do fundo e seu funcionamento. Sr. Glauco informa que, segundo a ONS, a represa Santa Cecília está 50% assoreada, e a represa Santana, no Rio Piraí, provavelmente na mesma condição. Explica que o assoreamento, causado pela erosão, ocorre tanto a montante quanto a jusante, ressaltando a falta de controle de erosão no estado do Rio e comparando com práticas mais adequadas observadas em São Paulo. Critica o plantio de eucalipto em encostas, que acelera a erosão e o acúmulo de sedimentos nas barragens. O Sr. Licínio M. Rogério questiona sobre a erosão, atribuindo-a à falta de manutenção e de áreas para a expansão da água, e pergunta se o comitê da bacia do Médio Paraíba tem atuado nessa questão. O Sr. Glauco confirma que é o comitê responsável, mas diz desconhecer as ações do comitê de bacias. Explica que o governo realiza dragagens na calha do rio Piraí, mas que, após as primeiras chuvas, o nível da água volta a subir rapidamente, tornando o trabalho pouco eficaz. Sr. Licínio M. Rogério insiste em saber qual seria a solução e o custo, além do papel do comitê. Sr. Glauco responde que, antes da dragagem, é necessário conter a erosão, depois dragar reservatórios para recuperar o regime de água e, por fim, dragar a calha do rio, desde que não haja novo acúmulo de sedimentos. O Presidente João Ricardo cede a palavra à Sra. Adriana de Lima Bocaiuva, do Comitê da Região Hidrográfica da Baía de Guanabara e dos Sistemas Lagunares de Maricá e Jacarepaguá, que, por sua vez, considera que o tema discutido não é pertinente ao comitê em questão, mas, atendendo à indicação de Licínio M. Rogério, sugere encaminhá-lo ao Comitê da RH3, Médio Paraíba do Sul, representado por Arimathéa. Propõe colocar o Sr. Glauco em contato com esse comitê. Relata que, em reunião recente do Fórum Fluminense com o Ministério Público e o grupo GAEMA, foi discutido um licenciamento da Light que prevê medidas compensatórias, nas quais poderia ser incluída a proposta de desassoreamento de reservatórios, ainda que não diretamente relacionados às áreas citadas. Ressalta, contudo, que o tema não é foco do comitê atual. Sra. Adriana Sotero, em contrapartida, à fala de Adriana Bocaiuva, afirma discordar parcialmente, defendendo que o tema é pertinente ao comitê por tratar de um local de nascentes que impacta diretamente os blocos e usuários de água. Considera que, por afetar a captação, tratamento e distribuição da água, o assunto se enquadra na competência dos comitês e deve ser discutido. Finaliza parabenizando o Sr. Glauco por trazer a questão. Ele explica a Adriana



3



que o desassoreamento dos reservatórios aumentaria sua capacidade de reter água, ajudando a mitigar enchentes e a armazenar volume para abastecer o rio em períodos de seca. Relata que a região enfrenta escassez de chuva e se coloca à disposição para colaborar no que for necessário. O Sr. João Ricardo afirma que o encaminhamento sugerido por Bocaiuva será feito para discussão no comitê de bacias, enquanto o comitê atual seguirá com seu monitoramento. Destaca que é preciso debater e buscar soluções sobre a disponibilidade de água, lembrando que, assim como as empresas alteram contratos, o comitê também pode propor mudanças quando houver necessidade para a população e para a sobrevivência do Estado do Rio de Janeiro. Com a palavra, a Sra. Adriana Bocaiuva reconhece a importância do tema trazido por Glauco para o abastecimento, mas ressalta que o decreto define claramente a competência do comitê, que é acompanhar o cumprimento das entregas das empresas. Afirma que questões como a ONS e a operação da Light não fazem parte dessa atribuição, defendendo foco nas responsabilidades estabelecidas.

Iniciando a pauta, no item "1 – Espaço dos Usuários," o Presidente, Sr. João Ricardo, concede a palavra à Sra. Helena, residente e usuária do Bairro Méier, a qual registra sua reclamação: *"Eu sou moradora do Méier e moro em uma ladeira, onde a parte superior... Antes, entrava água dia sim, dia não, depois, com a Águas do Rio, passou a entrar todos os dias. No entanto, na parte alta não entra todos os dias e, às vezes, fica até mais de um mês sem água. Se a pessoa não tiver cisterna, fica sem água."* Sr. João Ricardo pergunta a Sra. Helena se ela fez protocolo na Águas do Rio. Dona Helena responde que já possui vários. Sr. João Ricardo solicita que ela envie os protocolos pelo chat para abertura de processo administrativo na Agenersa. Ela concorda. Portanto, o Sr. João Ricardo esclarece que podem ajudá-la melhor, inclusive em contato direto com a empresa ou com a Agenersa, destacando que o papel do grupo é monitorar e resolver situações de falta de água. A Sra. Natasha Berendonk Handam, da Fiocruz, relata problemas na Lagoa da Barra, onde recentemente houve a retirada de mais de uma tonelada de peixes mortos pela Comlurb. Destaca que moradores da região vêm reclamando e que também percebe o aumento da poluição. Solicita esclarecimentos da Agenersa e da Iguá sobre possível despejo de esgoto na lagoa, especialmente em função do coletor de tempo seco, citando que o próprio INEA admitiu alto teor de esgoto no local. Ressalta que a lagoa é uma das poucas áreas vegetais preservadas do Rio e o esgoto pode afetar não apenas a fauna, mas também a saúde da população, a Praia da Barra e o lençol freático. Pede providências para reduzir o lançamento de esgoto na lagoa. O Sr. Morvan Barreto Nobre, da Sociedade dos Engenheiros e Arquitetos do Estado do Rio de Janeiro – SEAERJ, em complemento à fala da Sra. Natasha, comenta sobre a região de

Jacarepaguá, destacando que a UTR do Arroio Fundo, que tratava parte significativa do esgoto da bacia, foi desmobilizada logo após a entrada da concessionária Iguá. Ressalta que, embora as UTRs apresentem problemas e não sejam a solução ideal, ainda assim cumpriam um papel importante antes de o esgoto ser direcionado à estação de tratamento da Ayrton Senna. Considera a desativação um problema grave e defende a necessidade de monitorar os índices de coliformes na lagoa e a situação atual após a retirada da UTR. O presidente João Ricardo informa que já foi encaminhado um documento e que, ao final, será dado informe sobre o assunto. Dando seguimento ao item de pauta "2) *Aprovação das Atas Anteriores*", o Presidente, destaca a necessidade de aprovação das atas referentes aos meses de outubro, novembro e dezembro. Contudo, esclarece que estas ainda não foram elaboradas em razão de dificuldades operacionais, uma vez que a Agenera conta apenas com uma funcionária acumulando dupla função. Ressalta, ainda, que será necessário aguardar a transcrição e elaboração das referidas atas para posterior aprovação, a fim de encerrar formalmente o exercício de 2024 e dar início às atas do exercício de 2025. Encerram-se, desta forma, os itens "1) *Espaço dos Usuários*" e "2) *Aprovação das Atas Anteriores*" da pauta.

Dando prosseguimento ao item de pauta "(3) *Panfleto Informativo dos Comitês*", o Sr. João Ricardo apresenta o material para apreciação das prefeituras, que poderão opinar e utilizá-lo. Destaca a relevância do panfleto, uma vez que muitos usuários desconhecem informações essenciais, como o número 0800 para registrar reclamações diretamente junto à empresa, antes de recorrer à mídia. Ressalta, ainda, a inexistência de contratos individuais entre usuários e empresa, havendo apenas contratos coletivos, embora esteja prevista a criação de instrumentos individuais futuramente. Enfatiza que, mesmo após três anos de atuação das empresas, essa formalização não ocorreu, o que restringe o direito dos usuários de ingressar com ações individuais. O Sr. Licínio M. Rogério questiona a ausência de contratos individuais e solicita ao Ministério Público que apure a legalidade dessa prática, considerando que o regulamento pode exigir tais contratos. Relata que, em conversa com a Águas do Rio, foi informado de que não há necessidade de contrato, bastando a emissão da fatura e o pagamento pelo fornecimento de água. Propõe que o Ministério Público investigue a questão para verificar a obrigatoriedade. Sr. João Ricardo informa que o tema será pautado na próxima reunião e que apresentará contratos de outras concessionárias do Rio de Janeiro como modelo, destacando que o da Light é o mais completo. Ressalta que o assunto será discutido nos comitês e na Agenera. A Sra. Adriana Sotero explica que o informativo orienta o usuário a primeiro registrar contato com a concessionária, guardando protocolo ou comprovante da tentativa, e, se o problema

Adriana
✓

[Assinatura] 5

persistir por mais de 24 horas, acionar a agência reguladora, o PROCON e a Defensoria Pública, cujos contatos constam no material. Ressalta que muitos moradores desconhecem esses canais e o panfleto busca suprir essa falta de informação. Solicita ainda apoio dos prefeitos para patrocinar a impressão e distribuição do material, considerando a limitação orçamentária da Agerensa. Sr. João Ricardo sugere que as prefeituras incluam no informativo o timbre municipal e o contato do PROCON local, para reforçar a fiscalização e o monitoramento. Sra. Adriana Sotero complementa, mencionando a contribuição do representante da Agerensa, Sr. Flávio, que sugeriu substituir "Agência Reguladora da empresa" por "Agência Reguladora dos Serviços". A proposta foi aceita e registrada, com agradecimentos ao Sr. Flávio pela colaboração. Portanto, foi aprovada a proposta do panfleto de Direito do Consumidor para encaminhamento. Encerra-se, assim, o item "3) *Panfleto Informativo dos Comitês*", da pauta.

Nos itens de pauta '4) *Eleição dos Comitês de Monitoramento*' e '7) *Avaliação das Vacâncias*', o Sr. João Ricardo destaca a necessidade de organizar um processo eleitoral, apesar de não haver previsão no documento de funcionamento. Propõe a criação de um calendário, de uma comissão eleitoral para estruturar o processo, com participação dos usuários e das entidades de fiscalização. Ressalta que será necessário agendar nova reunião para elaboração do documento e posterior encaminhamento de edital à Agerensa e à Casa Civil. Aponta ainda dificuldades como a baixa participação (quórum) e as vacâncias existentes, que precisam ser resolvidas para viabilizar a eleição. A Sra. Adriana Sotero complementa a fala do JR, explicando que o regimento interno prevê eleições por categoria em anos ímpares, sendo necessária nova eleição em 2025, já que a primeira ocorreu em 2023. A divulgação do chamamento deve acontecer antes da Assembleia de Prestação de Contas, prevista para 08/04. Diante da vacância e ausência de membros votantes, ela propõe a criação de um GT para organizar o processo eleitoral e encaminhar à Casa Civil o pedido de abertura de inscrições. Sugere também que sejam avaliados os membros que nunca comparecem, para não poderem se inscrever novamente. Por fim, defende a formação de dois GTs: um para a Comissão Eleitoral e outro para tratar do cronograma e da abertura de inscrições, para garantir a eleição ainda em 2025 dos novos presidentes. Sr. João Ricardo lembra que já havia sido discutido o envio do ofício aos membros ausentes, solicitando justificativa. Informa que o documento já foi encaminhado e que é necessário listar quem está afastado há mais de três meses, avaliando quem respondeu e quem não respondeu. A partir dessa análise, o grupo de trabalho deve definir os presentes e ausentes para, então, encaminhar as substituições necessárias. Adriana Sotero sugere abrir inscrições para participação no grupo de eleição e no grupo de

Adriana Sotero

[Assinatura] 6

trabalho responsável por organizar o pedido à Casa Civil. Explica que, conforme decisão registrada em ata, membros com mais de três faltas sem justificativa não poderiam permanecer, mas já se passaram mais de sete reuniões. Defende que seja feita documentação formal para solicitar novas inscrições à Casa Civil, garantindo a substituição dos ausentes que comprometem o quórum. Destaca que ela e Ilca já fizeram parte da análise das frequências, mas reforça a necessidade de um GT para concluir, consolidar e enviar essa documentação. O Sr. Eduardo Figueira, presidente do Bloco 2, destaca que os critérios de entrada das entidades nos comitês já estão definidos pela Casa Civil e não representam problema. O ponto crítico é a ausência de critérios claros para a saída e permanência das entidades. Ressalta que, quando um membro não participa, configura vacância, e defende que essa questão seja discutida e proposta no âmbito do comitê. A Sra. Ilca Lopes Bezerra, dos Usuários do Serviço (Domésticos), sugere que o GT, ao contatar as instituições ausentes, não se limite a solicitar justificativas das últimas reuniões, mas também levantar os motivos da evasão. Ressalta que algumas entidades apenas assinaram o termo de participação e nunca compareceram, enquanto outras participaram no início, durante a elaboração do regimento, mas depois se afastaram. Defende que esse levantamento pode gerar reflexões sobre o funcionamento do comitê e fornecer feedbacks que resultem em novos desdobramentos. O presidente Licínio M. Rogério afirma que muitas pessoas se inscreveram sem compromisso e defende a revisão do regimento para estabelecer critérios de saída. Sugere solicitar à Casa Civil que oficie os membros ausentes, informando que a falta de comparecimento à próxima reunião implicará em exclusão automática. Considera essa a forma mais simples de retirar os que não participam e propõe uma reunião com a Casa Civil para tratar do tema. A Sra. Adriana Sotero reiterou a proposta de formar um grupo de trabalho, aberto a interessados, para elaborar uma carta/ofício à Casa Civil solicitando a abertura de novas inscrições. O Sr. Morvan Nobre questiona sobre os critérios de entrada e saída previstos no regimento, destacando que a composição dos membros por setor pode impactar o processo de entrada. Sra. Adriana Sotero pergunta se Morvan está se candidatando ao grupo e lembra que o regimento já prevê critérios de afastamento. Sr. Eduardo Figueira esclarece que há diferença entre a habilitação de uma entidade para ingressar no comitê (já definida desde o início) e os critérios internos de funcionamento, que ainda precisam ser ajustados. Sr. Morvan reforça que sua dúvida se refere especificamente ao número de membros por setor e ao reflexo disso na chamada da Casa Civil. A Sra. Ilca Bezerra lembra que, no edital de composição do comitê, havia critério de número de membros por categoria, mas que a Casa Civil abriu mão disso para garantir ampla participação. Defende que o foco não deve ser esse, mas sim a falta de ação dos membros empossados, propondo substituí-los por instituições interessadas e disponíveis para se engajar. Sr. Licínio M. Rogério

complementa a fala da Sra. Ilca, lembrando que a Casa Civil aceitou todos os inscritos, mas mesmo assim não se alcançou a quantidade necessária de participantes. Defende que não se deve limitar o número de membros, bastando o interesse e o compromisso, propondo que três faltas seguidas ou cinco alternadas resultem em eliminação automática (salvo justificativa). Sugere incluir essa regra na convocação de novos membros e depois estendê-la aos atuais. O presidente João Ricardo destaca que o baixo interesse em permanecer no comitê se deve às condições de trabalho precárias. Informa que está sendo construída, junto à Agerensa, uma relação para melhorar essas condições. Ressalta que há pessoas interessadas em entrar e outras que não saem, ficando no meio do processo, e defende a necessidade de liberar espaço para novos participantes. Como encaminhamento, propõe que, na próxima reunião, caso não haja candidatos, seja enviada carta à Casa Civil informando a vacância, com prazo de um mês, além de prorrogar a Assembleia de Prestação de Contas e formar uma comissão eleitoral com membros disponíveis do comitê. O Sr. Licínio M. Rogério sugere que não é necessário esperar a próxima reunião para enviar o ofício, podendo fazê-lo imediatamente. Sr. João Ricardo lembra que esse assunto já foi discutido em outras ocasiões. Licínio M. Rogério propõe levantar a lista das entidades faltantes e reenviar o ofício, verificando o protocolo de recebimento. Além disso, menciona que gostaria de obter informações sobre a situação do comitê de titulares. A Sra. Adriana Sotero esclarece que os quatro presidentes já integram todos os grupos de trabalho, conforme definido anteriormente, e que o grupo em questão já está constituído com a participação de Morvan e Ilca. Ressalta que cabe ao grupo elaborar a carta e encaminhar o ofício à Casa Civil, sem necessidade de retornar o tema à plenária, garantindo agilidade e maior participação dos membros. Destaca ainda que as regras devem ser definidas pelo grupo de trabalho, evitando sobrecarregar a plenária e permitindo melhor organização. O Sr. Licínio M. Rogério propõe que o grupo de trabalho tenha prazo de 15 dias para realizar o chamamento da Comissão Eleitoral e enviar a carta à Casa Civil. Destaca que qualquer membro pode participar do grupo como elegível, mas os integrantes da Comissão Eleitoral serão inelegíveis, visando evitar confusões durante a eleição. O Sr. Adilson Trindade destaca a importância de conferir celeridade ao processo e reforça a autonomia do comitê para definir seus próprios regulamentos. Defende que os membros faltantes sejam diretamente desconsiderados, já que muitos se inscreveram, foram empossados e nunca mais participaram. Ressalta que insistir em mecanismos burocráticos apenas atrasaria o processo e geraria problemas futuros na substituição de vagas, sendo este o momento oportuno para resolver a questão. O Sr. Eduardo Figueira, presidente do bloco 2 concorda com a fala de Adilson e relata que, ao revisar a lista do bloco dois, percebeu possíveis casos de pessoas físicas que se inscreveram em nome de entidades sem real vínculo. Sugere que a

Secretaria Executiva da Agenersa officie diretamente as entidades, e não os indivíduos, concedendo prazo de resposta para confirmar a participação, o que tornaria o processo mais ágil e transparente. O Sr. Morvan esclarece a Adriana Sotero que não está inscrito no grupo de trabalho, embora tivesse interesse, mas explica que não pode participar por falta de tempo. O Sr. João Ricardo pergunta se há interessados em integrar a comissão para organizar a questão da vacância. Explica que primeiro é preciso resolver as vagas em aberto e depois abrir prazo para novas inscrições, cujos participantes poderão atuar na Assembleia e na eleição. Ressalta que não há remuneração ou benefícios e propõe que, na próxima reunião, seja apresentada a proposta de substituição e divulgado o chamamento para novas inscrições. O Sr. José Stelberto Porto Soares, informa que representa o Clube de Engenharia, mas o outro representante não comparece. Explica que houve mudança na direção do clube e está solicitando uma definição sobre as representações. Reconhece que tem participado pouco, mas se coloca à disposição para integrar a comissão. Ressalta que os membros das entidades já foram definidos, porém, é necessário que os órgãos indiquem oficialmente seus representantes e que isso seja cobrado. Portanto, os integrantes que comporão o Grupo de Trabalho das Eleições (Comissão Eleitoral) – responsável por estabelecer o cronograma com prazos para cada etapa e elaborar uma carta/ofício à Casa Civil solicitando a abertura de novas inscrições, serão: Sr. Licínio M. Rogério, Presidente do Bloco 1; Sr. Eduardo Figueira, Presidente do Bloco 2; Sr. João Ricardo de Mattos Serafim, Presidente do Bloco 3; Sra. Adriana Sotero Martins, Presidente do Bloco 4; Sra. Ilca Bezerra; Representante dos Usuários Domésticos; e Sr. José Stelberto Porto Soares, do Clube de Engenharia. Encerram-se, desta forma, os itens '4) Eleição dos Comitês de Monitoramento' e '7) Avaliação das Vacâncias', da pauta.

No item de pauta "5) Preparação da Assembleia Popular de Prestação de Contas – 08 de abril (Assembleia Consultiva Popular com os usuários)", a Sra. Adriana Sotero informa que a prestação de contas está programada para 8 de abril e apresenta duas opções: manter a data, conforme o regimento, mesmo com a vacância de membros, ou aguardar a entrada dos novos integrantes para realizar uma Assembleia Popular mais ampla e representativa. Ressalta a importância do momento para ouvir a população. O Sr. João Ricardo defende a prorrogação da Assembleia, alegando falta de tempo hábil devido às reuniões e tarefas pendentes, incluindo a aprovação das atas. Propõe que a Assembleia seja realizada em maio ou junho, com melhor preparação e inclusão do encaminhamento sobre o panfleto do consumidor. Sra. Adriana Sotero sugere o adiamento e questiona se há objeções. Sr. João Ricardo abre a fala para manifestações sobre a prorrogação e destaca a importância da

Notas.

9

colaboração na construção do processo. Sra. Adriana Sotero confirma a aprovação do encaminhamento e João Ricardo propõe junho como nova data, o que é apoiado por ela. Ambos ressaltam que haverá até lá tempo para preparar melhor a Assembleia e já considerar a entrada dos novos membros. O Sr. Eduardo Figueira propõe que, no mês em que houver Assembleia, a reunião integrada seja suspensa, pois considera inviável realizar dois encontros no mesmo mês. A Sra. Adriana Sotero discorda da proposta de suspender a reunião integrada no mês da Assembleia Popular, argumentando que é possível realizar uma no início e outra no final do mês. Ressalta que já existem poucas reuniões diante da grande demanda de pautas, como falta d'água, seca, eutrofização dos rios e mudanças climáticas. O Sr. João Ricardo apoia a proposta e sugere que a reunião de junho seja realizada como um encontro de trabalho para organizar vacância, novos membros, atas, documentação e comunicação à imprensa e prefeituras, servindo como preparação para a Assembleia. O Sr. Eduardo Figueira informa que a reunião de junho está marcada para o dia 3, sendo a próxima terça-feira. Destaca que o dia 24 será a última terça de junho e que haverá nova reunião em 8 de julho. Ressalta que a proposta do João Ricardo de usar a reunião do dia 3 para preparar a do dia 24 é válida, pois os assuntos pendentes do dia 3 serão tratados em 8 de julho. Portanto, o Sr. João Ricardo confirma as datas de 3 e 24 de junho, explicando que a reunião do dia 3 será do comitê, com pauta voltada para preparar a Assembleia do dia 24, e questiona se alguém tem objeção ou deseja comentar sobre isso. Rapidamente, mudando de assunto, uma usuária, por meio do chat, registrou reclamação relatada pela presidente Adriana Sotero: *"Adelida Matos Silva, moradora da Rua Barão de Santo Ângelo, 600, afirmou que não há pressão na água, sendo obrigada a solicitar caminhão-pipa, o qual é cobrado além da conta regular. Assim, paga duas vezes pelo mesmo serviço, caracterizando enriquecimento sem causa pela Águas do Rio."* O Sr. Licínio M. Rogério esclarece que a Águas do Rio cobra apenas a água entregue, não o frete, e questiona se houve erro na informação. O Sr. Eduardo complementa que só é cobrado o que passa no hidrômetro, podendo haver cobrança extra apenas em casos de consumo superior a 15m³. Sr. Licínio M. Rogério reforça que, em caso de reclamação sem resposta da empresa, o usuário deve acionar a Agenera e, se não houver solução, recorrer ao comitê. No chat foram disponibilizados o telefone e o e-mail da ouvidoria da Agenera para que a usuária registre sua reclamação. A Sra. Adriana pede para registrar também o número do protocolo, como feito por outra usuária. É informado que, além do registro em ata, é necessário formalizar a reclamação na ouvidoria da Agenera e no Comitê. A presidente Adriana define como encaminhamento transformar a reclamação em processo SEI. O Sr. João Ricardo sugere coletar os contatos das usuárias no chat para dar seguimento ao encaminhamento. A Sra. Ilca Bezerra questiona se a usuária verificou na fatura se o valor do carro-pipa foi cobrado à parte ou

presidentes encaminharam a carta n.º 2025-02 ao Grupo de Atuação Especializada em Meio Ambiente – GAEMA/MPRJ, que retomou suas atividades após período de suspensão, em substituição ao antigo GTT de Desastres Socioambientais e Mudanças Climáticas. (Adriana realiza a leitura do slide exibido em tela). Destaca ainda que representantes do Ministério Público poderiam prestar maiores esclarecimentos sobre o assunto. O presidente João Ricardo destaca que a carta deve mobilizar as prefeituras a se posicionarem diante da situação das enchentes, que agravam o problema da mistura de esgoto com águas pluviais. Questiona a criação de normas que apenas mantêm o problema, sem garantir o serviço previsto no contrato de privatização, cujo objetivo seria o saneamento. Defende que as prefeituras levem essa discussão ao Comitê de Titulares, manifestem-se contra tal prática e promovam um debate público para exigir o cumprimento do contrato, com investimentos reais em saneamento básico. A Sra. Natasha B. Handam, comenta que, conforme o Sanea Rio, o sistema unitário é provisório, mas pode se tornar definitivo em locais com inviabilidade técnica. Ressalta que a Lei Federal n.º 14.026/2020 já aponta que o Estado do Rio de Janeiro errou ao prever cinco anos de sistema unitário no contrato, por ser inconstitucional. A Dra. Gisela Pequeno, do MP/RJ, esclarece que o Gaema, atua em apoio aos promotores naturais e não pode instaurar procedimentos de ofício. O grupo recebeu a representação dos presidentes dos comitês sobre a questão do tempo seco, considerada relevante, mas apenas pode encaminhá-la aos promotores, que decidirão se instauram procedimentos e solicitam auxílio do Gaema. Ressalta ainda a importância de um posicionamento da Agenera sobre o tema. O Sr. Alberto Mendes explica que a captação de tempo seco surgiu no Rio de Janeiro nos anos 1990 como solução técnica para áreas de favelas em terrenos íngremes, onde não havia segurança ou condições para implantar redes de esgoto, como na Rocinha e no Vidigal. Ressalta que, em tempo seco, todo o material drenado é esgoto sanitário e deve ser direcionado a rede de esgotamento, nunca a galerias pluviais, caso contrário não se trata de captação de tempo seco, mas de fraude. Afirma que sempre existe viabilidade técnica para soluções de esgotamento, citando como exemplo o emissário submarino construído pela CEDAE, e critica a justificativa de implantar captação de tempo seco por falta de viabilidade técnica. Encerra-se, assim, o item “6) Questões sobre o Coletor de Tempo Seco” da pauta.

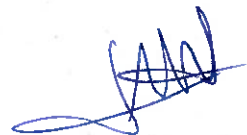
No item de pauta “8) Assuntos Gerais e Informes.” A presidente Adriana Sotero agradece a presença da Dra. Gisela e da Dra. Fernanda, que encaminhou resposta ao relatório da reunião com a FIPE, destacando a participação dos presidentes dos comitês. Relata que foi questionada a dificuldade de acessar os relatórios no site da Agenera, problema recorrente apontado tanto pelo GT quanto pelo Ministério Público.



12

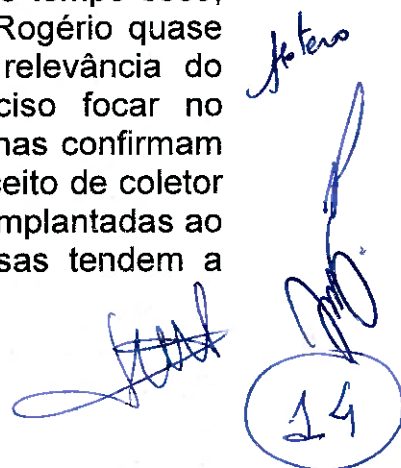
Embora tenha sido prometida a criação de uma aba específica para disponibilizar esses documentos, a medida ainda não foi implementada. A Dra. Fernanda Nicolau, do MP/RJ, faz uso da palavra para atualizar sobre o procedimento em andamento. 1º ponto: relata que, em reunião realizada no dia 20 de fevereiro apenas com representantes da Agenera, foi discutida a questão da transparência no site. Havia links de relatórios temporariamente indisponíveis, mas a Agenera informou que o problema ocorreu devido à mudança de endereço eletrônico. No mesmo dia, os links foram regularizados e verificados. 2º ponto: em relação aos documentos da FIPE, a Agenera explicou que aguardava as legendas e descrições enviadas pela FIPE para corrigir a identificação dos arquivos. Também abordaram a cobrança às concessionárias sobre relatórios anuais pendentes, a elaboração de uma instrução normativa referente ao relatório anual de metas e a solicitação do número do SEI desse processo. Como algumas respostas não foram dadas na reunião, o MP oficiou a Agenera para esclarecimentos, estando ainda dentro do prazo de resposta. Além disso, foi mencionado o andamento do convênio entre a Agenera e os comitês, que, segundo informado, a Agenera estaria com os comitês. Em continuação, a Sra. Adriana destaca que a mudança no site da Agenera dificultou a atualização e verificação de dados, o que inviabilizou até a divulgação sobre os comitês de monitoramento. Corrigi a informação de que o convênio não está apenas com os presidentes, mas em consulta a todos os membros dos comitês, com possibilidade de acesso público. Ressalta que o prazo de 20 dias dado à Agenera para regularizar o site e disponibilizar relatórios e indicadores do 1º e 2º ano se encerra no dia 12, ou seja, amanhã. Ela enfatiza que o objetivo é monitorar e fiscalizar os contratos em tempo real, com acesso imediato aos dados atuais, como os do dashboard já em funcionamento na Agenera, conforme informado pela FIPE. Defende que a fiscalização e o controle social só são efetivos quando realizados no momento em que os dados são gerados, sendo essencial que essas informações sejam públicas e acessíveis à sociedade. O Sr. Stelberto esclarece que há um equívoco conceitual entre esgotamento em tempo seco e esgotamento unitário. O tempo seco pressupõe tratamento quando não chove, já o unitário apenas coleta o esgoto com a drenagem, sem tratamento. Exemplifica Nilópolis e Grajaú, onde o sistema é unitário, mas não pode ser considerado tempo seco. Ressalta que, em 1991, já havia registro de extravasores ligando esgoto à drenagem. Aponta que, em períodos sem chuva, tratar o esgoto melhora a qualidade dos rios, mas isso não está sendo feito. Relembra experiências de mutirões e programas da CEDAE (Proface e Pró-Sanear), que construíram redes separadoras de esgoto e drenagem, sem aplicar tratamento em tempo seco. Conclui que é incorreto vender a ideia de que o esgotamento unitário equivale a tratamento em tempo seco, pois a melhora dos rios só ocorre quando há efetivo tratamento. A Sra. Natasha informa que, após analisar os blocos 1, 3 e 4, constatou que a

Stelberto



13

situação é mais crítica em comparação ao bloco 2. Durante a apresentação do slide, solicita que a Agenesra disponibilize no site os relatórios atualizados, destacando a ausência dos meses de setembro a dezembro de 2024 e de janeiro a março de 2025. O Sr. Morvan Nobre questiona sobre o convênio do comitê com a Agenesra, mencionando a fala da Dra. Fernanda de que estaria com os membros, e não com os presidentes, e pede esclarecimento sobre onde está disponibilizado. A Sra. Adriana Sotero explica que foi criado um drive, com acesso a todos, mas ainda em consulta e não foi devolvido. Sr. Morvan confirma a dúvida sobre o drive e acrescenta que grande parte das análises de qualidade da água vem de pequenos reservatórios, mas que no município do Rio de Janeiro a maioria é fornecida pela CEDAE, sendo necessário medir também a água quando chega à rede. Ressalta que os dados atuais representam apenas uma pequena parcela. Além disso, relata que não tem recebido informações sobre as reuniões do Grupo de Trabalho da FIPE, pois entrou depois e não sabe onde estão sendo comunicadas. A Sra. Mônica Maria Penna, da Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ, parabeniza a apresentação de Adriana sobre captação em tempo seco e reforça a importância da manutenção e do separador absoluto. Relata problemas já ocorridos, como em Ouro Preto, onde operadores da CEDAE ligaram esgoto em galeria pluvial devido à incapacidade do coletor. Destaca que muitos sistemas estão ultrapassados e alerta que as novas concessões devem priorizar a substituição e implantação de coletores adequados para evitar extravasamentos, sobretudo na região metropolitana. O presidente Licínio M. Rogério consulta agora a página da Agenesra, "<https://www.rj.gov.br/agenersa/node/1747>" sobre o dashboard e encontra apenas uma notícia da FIPE, sem data, o que contradiz a fala da Dra. Fernanda. Ele solicita um comentário dela sobre a possibilidade de não ter sido informada dos elementos publicados. O Sr. Alberto Mendes esclarece ao colega Stelberto que o tema é captação de tempo seco, e não tratamento. Como ex-presidente da CEDAE, reafirma ter implantado esse sistema na Rocinha, explicando que ele coleta esgoto quando não chove, direcionando-o para a rede de esgoto, tratamento ou emissário, conforme o caso. Ressalta que a captação foi uma solução técnica para áreas escarpadas e favelas sem condições de segurança para redes convencionais, e não um paliativo. Por fim, se coloca à disposição para discutir os programas Proface e ProSaneair, que conhece bem pela experiência de 40 anos na CEDAE. O Sr. Adilson Trindade avalia que os assuntos se misturam entre FIPE e tempo seco, gerando confusão. Considera o texto lido por Licínio M. Rogério quase fantasioso e difícil de entender, embora reconheça a relevância do resumo dos blocos apresentado. Destaca que é preciso focar no presente e no futuro, já que os problemas apontados apenas confirmam o que já se sabia. Ressalta a falta de clareza sobre o conceito de coletor de tempo seco, lembrando que diferentes soluções foram implantadas ao longo do tempo e que, com as concessões, as empresas tendem a

João Sotero

14

buscar alternativas mais lucrativas. Reafirma que o modelo brasileiro é de separação universal, não de unificação, e alerta para articulações políticas na ABNT que podem tentar normatizar práticas inadequadas, contrariando o contrato e os princípios do saneamento. A Dra. Fernanda Nicolau pede esclarecimento a Licínio M. Rogério sobre o que ele pretende ao citar uma notícia sem data da Agenera. Licínio M. Rogério relaciona a questão ao dashboard mencionado em reunião com a FIPE. Dra. Fernanda Nicolau explica que seu questionamento foi sobre a falta de legenda nos produtos e subprodutos disponibilizados pela FIPE no site da Agenera, o que dificulta a consulta. Sra. Adriana Sotero lembra que, em carta, o comitê perguntou sobre o acesso ao dashboard que a FIPE informou já estar em funcionamento. Dra. Fernanda Nicolau confirma que não há acesso a nada além do que está no site. Licínio M. Rogério reconhece o mal-entendido e retira a pergunta. Dra. Fernanda reforça que continuam cobrando maior clareza e transparência nas informações. A Dra. Gisela Pequeno complementa que, em relação ao dashboard, o Ministério Público tem cobrado da Agenera a transparência no acesso às informações, não um acesso exclusivo, mas sim para que toda a sociedade possa acompanhá-las. O Sr. João Ricardo informa que está sendo elaborado um documento para solicitar audiência pública sobre a tarifa social de água e esgoto, prevista na Lei Federal n.º 14.898/2024. O documento será encaminhado na próxima reunião à ALERJ, Agenera, Ministério Público e Municípios, destacando que muitos ainda não implementaram a lei devido à falta de regulamentação local. O Sr. Eduardo Figueira informa e propõe incluir na pauta da próxima reunião (1º de abril) a participação da Agenera para apresentar dados comparativos com os do comitê e expor medidas adotadas. Em seguida, aborda pontos que podem ser encaminhados ao GAEMA: a mortandade de peixes na Barra, associada ao esgoto despejado nas lagoas, à falta de ligação de elevatórias à ETE da Ayrton Senna e à ausência de respostas da Agenera, sugerindo um mapeamento das elevatórias; e a revisão do regulamento de serviços da Agenera, alertando para a cobrança indevida de esgoto sobre o mínimo multiplicado, em desacordo com o artigo 61 vigente, defendendo a preservação desse artigo e maior transparência no processo de revisão. A Sra. Adriana Sotero informa que a Deputada Estadual Marina do (MST) solicitou, com cópia aos presidentes, fiscalização urgente no canal de Marapendi, em razão da mortandade de peixes, com pedidos enviados à Agenera, IGUÁ e INEA para apurar possíveis despejos irregulares de esgoto. Destaca que o Bloco 2 já vem tratando do tema desde outubro, quando foram encaminhadas dez questões específicas à Agenera, sem respostas objetivas, apenas com envio de relatórios e documentos, dificultando a compreensão da sociedade sobre a situação. O presidente Eduardo Figueira destaca que, embora a posição seja do Bloco 2, as questões apresentadas se aplicam a todos. A Sra. Adriana Sotero agradece à deputada Marina e reforça a importância da atuação dos

Adriana
[assinatura]
[assinatura]
[assinatura]
(14)

representantes eleitos no processo. O Sr. Eduardo Figueira se coloca à disposição para colaborar com o Gaema e o Ministério Público, oferecendo apoio técnico e pareceres sobre questões da Barra e da cobrança indevida de esgoto. O João Lourenço Xavier, do Sindicato dos Trabalhadores nas Empresas de Saneamento Básico e Meio Ambiental do Rio de Janeiro – SINTSAMA, informa que, em comemoração ao Dia Mundial da Água (22 de março), ocorrerão dois atos: no dia 19, às 14h, em frente à ALERJ, contra a abertura de capital da CEDAE; e no dia 20, às 16h, em frente a Águas do Rio, contra a falta d'água e o aumento da tarifa. Ambos integram a agenda da semana e contam com participação de movimentos sociais, estando todos convidados. A Sra. Ilca Bezerra comenta sobre a cobrança indevida de esgoto não gerado, destacando que, mesmo com revisão do regulamento, o princípio de que a lei não retroage deve ser considerado. Defende que, apesar da possível perda do artigo 61, ele vigorou e pode ser reivindicado. O Sr. Eduardo Figueira complementa explicando que a questão impacta mais os prédios comerciais, dependendo do consumo. Em casos de baixo consumo, a diferença é significativa, pois a cobrança dobrada gera distorções, o que reforça a importância do tema. Encerra-se, assim, o item "8) Assuntos Gerais e Informes." da pauta.

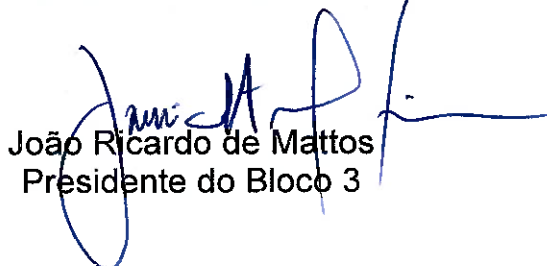
Não havendo mais assuntos a tratar, a Sra. Adriana Sotero agradece a presença de todos e declara encerrada a reunião às 17h, em razão da ausência do presidente, Sr. João Ricardo, que se retirou para cumprir outros compromissos.



Licínio M. Rogério
Presidente do Bloco 1



Eduardo Figueira
Presidente do Bloco 2



João Ricardo de Mattos
Presidente do Bloco 3

Adriana

15



Adriana Sotero Martins
Presidente do Bloco 4

Rio de Janeiro, 11 de março de 2025

